COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2018

Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 85 3244 1221
Fax: + 55 85 3244 2480
www.bdo.com.br

Av. Desembargador Moreira, 2120
Sala 707/708, Aldeota
Fortaleza/CE 60170-001

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)
São Gonçalo do Amarante - CE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

(a) Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 10 às informações contábeis intermediárias, o balanço patrimonial registra na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R$ 20.322 mil, em 31 de março de 2018, dos quais R$ 8.898 mil encontram-se vencidos há longa data. A Companhia não elaborou a análise individualizada dos saldos para fins de determinação da suficiência da provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa. Se a Companhia tivesse efetuado a análise dos créditos vencidos no período de janeiro a março de 2018, certos elementos das informações contábeis intermediárias poderiam ser afetados. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

(b) Conforme mencionado na Nota Explicativa n°13, a Companhia possui custo de aquisição do ativo imobilizado no montante de R$ 13.349 mil em 31 de março de 2018 e depreciação acumulada no montante de R$ 5.394 mil. Com base no método linear de depreciação e em taxas anuais praticadas pela Companhia, a depreciação acumulada em 31 de março de 2018, está apresentada a maior em R$ 1.665, consequentemente as despesas com depreciação esta apresentada a menor no mesmo montante.

(c) Conforme Notas Explicativas nºs 13 e 14 às demonstrações contábeis, o balanço patrimonial apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível, os montantes de R$ 7.953 mil e R$ 31.971 mil respectivamente. Em setembro de 2012, a Companhia procedeu com o inventário físico dos seus ativos imobilizados e intangível, dos quais, alguns itens referentes a "móveis e utensílios", "maquinas, equipamentos e ferramentas", "equipamentos e processamento de dados", "embarcações", "equipamentos de comunicação" e "instalações comerciais BIT", não foram identificados, dos quais, somam o montante de R$ 544 mil em 31 de março de 2018. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Administração ainda não havia concluído o processo de conciliação dessa diferença. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível concluir quanto a necessidade ou não de efetuar ajustes em relação ao saldo da rubrica do imobilizado e o intangível em 31 de março de 2018, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período findo naquela data.

(d) Conforme Nota Explicativa nº 14 às informações contábeis intermediárias, a Companhia utiliza de ativos imobilizados para suas operações que são cedidos pelo Governo do Estado do Ceará. O processo de formalização e registro de tais ativos estão em fase de formalização e até nossa conclusão dos trabalhos do período findo em 31 de março de 2018, não haviam sido concluídos. Se a Companhia tivesse efetuada o referido registro, certos elementos das informações contábeis intermediárias poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

(e) Em 31 de março de 2018, a Administração da Companhia, deixou de registrar em suas informações trimestrais – ITR, na demonstração do resultado do período, a provisão do imposto de renda e Contribuição Social. O não registro dessas informações está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com ressalvas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Saldos comparativos não revisados

Chamamos atenção para o fato que as informações contábeis intermediárias, das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, mencionadas no primeiro parágrafo, demonstradas para fins comparativos, não foram por nós revisadas, nem foram revisadas por outros auditores independentes, para o período de janeiro a março de 2017, desta forma, não estamos concluindo sobre esses saldos, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas a eles.

Exercício anterior auditado por outros auditores

O balanço patrimonial da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 16 de março de 2018.

Fortaleza, 22 de agosto de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE-024436/O-5

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Balanço Patrimonial
Períodos findos em31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	31/03/2018	2017 (reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	30.571	29.285
Contas a receber	10	19.218	18.902
Estoques		161	139
Impostos a recuperar	11	8.127	3.749
Despesas pagas antecipadamente		173	191
Outros créditos	12	14.112	12.217
		72.362	64.483
Não circulante			
Contas a receber	10	1.104	1.104
Depósitos judiciais		1.174	1.174
Outras contas a receber	12	977	-
Investimentos		23	23
Imobilizado	13	7.953	8.029
Intangível	14	31.971	28.176
Diferido		32	32
		43.234	38.538
Total do ativo		115.596	103.021

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	31/03/2018	2017 (reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	15	3.372	5.724
Obrigações fiscais	16	4.232	3.967
Obrigações sociais e trabalhistas	17	3.224	2.958
Dividendos a pagar		2.880	2.880
Participações nos lucros a pagar	18	6.454	6.433
Outras contas a pagar		36	33
		20.198	21.995
Não circulante			
Tributos diferidos	25	113	113
Provisões para contingências	19	47.525	47.525
		47.638	47.638
Patrimônio líquido	20		
Capital social		53.414	53.414
(-) Ações em tesouraria		(1)	(1)
Prejuízos acumulados		(8.490)	(22.862)
Reserva legal		2.716	2.716
Ajustes de avaliação patrimonial		121	121
		47.760	33.388
Total do passivo e do patrimônio líquido		115.596	103.021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017 (não auditado)
Receita líquida de vendas	21	33.160	30.804
(-) Custo dos serviços prestados	22	(11.382)	(10.747)
(=) Lucro bruto		21.778	20.057
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(7.119)	(6.945)
Despesas tributárias		(93)	(362)
Outras receitas (despesas) operacionais		(106)	175
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		14.460	12.925
Despesas financeiras		(722)	(56)
Receitas financeiras		995	667
(=) Resultado financeiro líquido		273	611
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		14.733	13.536
(-) Impostos sobre a renda		-	-
(=) Lucro líquido do período		14.733	13.536
Quantidade de ações ponderadas no exercício		38.578	38.578
Lucro do período, básico e diluído, por lote de mil ações - R$		0,38190	0,35087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017 (não auditado)
Lucro líquido do período	14.733	13.536
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	14.733	13.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reserva de lucros a realizar / Prejuízos acumulados	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	53.410	(1)	8.235	2.110	358	-	64.112
Ajustes de exercícios anteriores (nota 8)	-	-	(31.502)	-	(237)	-	(31.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	53.410	(1)	(23.267)	2.110	121	-	32.373
Lucro líquido do período (não auditado)	-	-	-	-	-	13.536	13.536
Aumento de capital	4	-	(4)	-	-	-	-
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores	-	-	(8.234)	-	-	-	(8.234)
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	13.536	-	-	(13.536)	-
Saldos em 31 de março de 2017 (não auditado)	53.414	(1)	(17.969)	2.110	121	-	37.675
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	53.414	(1)	(22.862)	2.716	121	-	33.388
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	14.733	14.733
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	-	-	(361)	-	-	-	(361)
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	14.733	-	-	(14.733)	-
Saldos em 31 de maço de 2018	53.414	(1)	(8.490)	2.716	121	-	47.760

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Demonstrações dos fluxos de caixa
períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(não auditado)
Lucro líquido do exercício	14.733	13.536
Depreciações e amortizações	701	438
Lucro líquido ajustado	15.434	13.974
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(316)	703
Estoques	(22)	(48)
Outros créditos	(2.854)	(2)
Impostos a recuperar	(4.378)	1.714
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.352)	1.851
Obrigações fiscais	265	(4.590)
Obrigações sociais e trabalhistas	266	1.052
Participações nos lucros a pagar	21	-
Outras contas a pagar	3	(6.396)
Caixa líquido (aplicados)/gerados pelas atividades operacionais	6.067	8.258
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado/intangível	(4.420)	(1.563)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.420)	(1.563)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital		
Pagamento de dividendos	(361)	(1.843)
Créditos com pessoas ligadas	-	1.846
Caixa líquido ou aplicado/(gerado) nas atividades de financiamentos	(361)	3
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.286	6.698
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	29.285	22.587
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	30.571	29.285
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.286	6.698

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. ("Companhia" ou "CIPP") teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade", e ao eixo "Ceará de Oportunidades", ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2016-2019. O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP).

Destaque-se que o tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade" adere a missão do Porto do Pecém de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se até 2030 um dos maiores portos-indústrias do país, um porto concentrador (hub) e principal acesso para a nova fronteira agrícola.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aeroviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente. Todos os projetos têm como norteador o Programa Estadual de Logística e Transportes do Ceará- PELT/ CE, que se propõe a ser um norteador das ações do Governo do Estado, numa visão de longo prazo, fornecendo os elementos necessários à preparação de uma agenda para a política da logística de carga, que priorize os investimentos em projetos de transportes e procedimentos na cadeia logística com a maior potencialidade de obter ganhos de eficiência nos custos.

Em relação a CIPP, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, encontra-se em implantação a 2ª fase de expansão do Terminal Portuário, contemplando novos berços de atracação, uma nova ponte acesso aos píeres e o alargamento do quebra-mar existente, tudo contemplado pelo Plano de Desenvolvimento Portuário. Além desses, são necessários investimentos na retroárea e na infraestrutura on-shore do Terminal que ocorrerão pari passo ao ritmo de ampliação da estrutura off-shore e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de agosto de 2019.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis intermediárias, estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros: mensurados a valor justo por meio do resultado;

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2018 da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

Classificação – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais:

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para consumo na operação e na administração da Companhia.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Conforme OCPC05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração de infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com o CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão serão classificados como infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia.

2.12. Ativos intangíveis

Infraestrutura da concessão

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre o Estado do Ceará e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.16. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17. Imposto de renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo o benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária até o ano-base de 2018. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável as aplicações financeiras).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente faz investimento essencialmente atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desses indicadores no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Empresa.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5.2. Gestão de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

6. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia é partes em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

7. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2018

a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em fase de revisão dos contratos de arrendamento e pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

8. Reapresentação das cifras comparativas

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e ratificação de erro, a Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial, procedeu o registro de correção dos seguintes saldos:

Ativo	Nota	31/12/2017 - originalmente apresentado	Ajustes	31/12/2017 - reapresentado
Ativos Circulantes		64.483	-	64.483
Demais ativos não circulantes		2.301	-	2.301
Imobilizado	(ii)	9.713	(1.684)	8.029
Intangível	(ii)	28.250	(74)	28.176
Diferido	(ii)	20	12	32
Não circulante		40.284	(1.746)	38.538
Total do ativo		104.767	(1.746)	103.021

Passivo	Nota	31/12/2017 - originalmente apresentado	Ajustes	31/12/2017 - reapresentado
Demais passivos circulantes		2.913	-	2.913
Fornecedores	(ii)	6.083	(359)	5.724
Obrigações fiscais	(ii)	3.976	(9)	3.967
Obrigações trabalhista	(ii)	3.007	(49)	2.958
Participações nos lucros a pagar	(ii)	6.453	(20)	6.433
Ativo Circulante		22.432	(437)	21.995
Tributos diferidos		113	-	113
Provisões para contingências	(i)	17.095	30.430	47.525
Não circulante		17.208	30.430	47.638
Capital social		53.414	-	53.414
(-) Ações em Tesouraria		(1)	-	(1)
Reserva de lucros a realizar	(iii)	8.640	(8.640)	-
Prejuízos acumulados	(iii)	-	(22.862)	(22.862)
Reserva legal		2.716	-	2.716
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(iii)	358	(237)	121
Patrimônio líquido		65.127	(31.739)	33.388
Total do passivo e do patrimônio líquido		104.767	(1.746)	103.021

(i) Contabilização de provisão para contingências (trabalhista e civil);
(ii) Ajustes imateriais referente a inconsistências de conciliação nas rubricas de "imobilizado", "intangível", "fornecedores", "obrigações fiscais", "obrigações trabalhistas" e "participações nos lucros a pagar";
(iii) Contrapartida dos ajustes citados acima.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2018	2017
Caixa	4	4
Banco Conta Movimento	5	5
Aplicações Financeiras	30.562	29.276
Totais	30.571	29.285

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

10. Contas a receber

	31.03.2018	2017
Contas a receber de clientes	22.868	22.038
Parcelamentos de clientes	3.601	4.114
(-) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	(6.147)	(6.147)
Totais	20.322	20.006
Circulante	19.218	18.902
Não circulante	1.104	1.104
Totais	20.322	20.006

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	31.03.2018	2017
Títulos vincendos	8.058	8.043
Títulos vencidos até 30 dias	1.635	1.717
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	1.018	108
Títulos vencidos a mais de 61 dias	12.232	12.169
Parcelamento de clientes	3.526	4.114
Totais	26.469	26.152

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

11. Impostos a recuperar

	31.03.2018	2017
IRPJ estimativa	3.295	-
CSLL estimativa	1.218	-
IRRF sobre Aplicações Financeira	155	159
ISS	-	132
Impostos a recuperar - Pagamento a maior	220	219
Saldo Negativo IRPJ	2.270	2.270
Saldo Negativo CSLL	838	838
IRRF sobre folha	20	20
PIS não cumulativo	20	20
COFINS não cumulativo	91	91
Totais	8.127	3.749

12. Outros Créditos

	31.03.2018	2017
Adiantamento de férias	90	161
Adiantamento para viagens	53	-
Adiantamento para participação nos Lucros	1.815	-
Adiantamento a fornecedores	2	2
Adiantamento de dividendos (a)	12.152	12.053
Adiantamento de bonificação	977	-
Totais	15.089	12.217
Circulante	14.112	12.217
Não circulante	977	-
Totais	15.089	12.217

(a) Trata-se de antecipação de dividendos intermediários pagos ao Governo do Estado do Ceara conforme deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2017.

13. Imobilizado

	31.03.2018			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2017
Moveis e utensílios	1.635	(699)	936	958
Maquinas, equipamentos e ferramentas	3.115	(1.243)	1.872	1.950
Veículos	2.711	(1.080)	1.631	1.396
Equipamentos de processamento de dados	4.295	(1.594)	2.701	2.883
Embarcações	199	(108)	91	95
Equipamentos de Comunicação	1.039	(518)	521	543
Outros Bens Imóveis	15	(2)	13	13
Instalações Portuárias e Marítimas	130	(4)	126	126
Biblioteca	5	(4)	1	2
Câmara Frigorifica	203	(142)	61	63
Totais	13.347	(5.394)	7.953	8.029

Movimentação do Ativo Imobilizado

Descrição	Saldo em 31.12.2017	Adições	Depreciação	Saldo em 31.03.2018
Móveis e utensílios	958	20	(42)	936
Maquinas, equipamentos e ferramentas	1.950	-	(78)	1.872
Veículos	1.396	362	(127)	1.631
Equipamentos de processamento de dados	2.883	46	(228)	2.701
Embarcações	95	-	(4)	91
Equipamentos de Comunicação	543	-	(22)	521
Outros Bens Imóveis	13	-	-	13
Instalações Portuárias e Marítimas	126	-	-	126
Biblioteca	2	-	(1)	1
Câmara Frigorifica	63	-	(2)	61
Total Custo Imobilizado	8.029	428	(504)	7.953

14. Intangível

Movimentação do Ativo intangível

Descrição	Saldo em 31.12.2017	Adições	Amortização	Saldo em 31.03.2018
Direito de uso	27.748	3.992	(107)	31.633
Software	428	-	(90)	338
Total	28.176	3.992	(197)	31.971

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

15. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, o prazo de pagamento médio não supera 60 dias. Em 31 de março de 2018 o saldo apresentava na rubrica o montante de R$ 3.372 mil (2017: R$ 5.724 mil).

16. Obrigações fiscais

	31.03.2018	2017
PIS	220	185
COFINS	1.018	853
IRPJ	1.245	1.185
CSLL	463	446
ISS	390	359
Outros	896	939
Totais	4.232	3.967

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	31.03.2018	2017
IRRF sobre folha	190	385
INSS	369	352
13º Salário	404	-
Férias	1.511	1.475
INSS sobre folha	387	405
Outros	363	341
Totais	3.224	2.958

18. Participações nos lucros a pagar

	31.03.2018	2017
Participação dos empregados	5.106	5.086
Participação dos administradores	1.348	1.348
Totais	6.454	6.433

Conforme parágrafo 1° do art. 30 do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos empregados, o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da Companhia, que terá como referência o lucro líquido obtido no exercício anterior, atendidos os requisitos da política de participação no lucros e resultados.

19. Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingencias, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas:

	31.03.2018	2017
Cível	185	185
Trabalhistas	47.340	47.340
Totais	47.525	47.525

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R$ 1.280 mil.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

No trimestre findo em 31 de março de 2018, o capital social é composto de 12.855.058 ações nominativas ordinárias e 25.710.109 ações nominativas preferenciais, ambas subscritas e integralizadas, que totalizavam R$ 53.414 mil (cinquenta e três milhões quatrocentos e quatorze mil), todos do Governo do Estado do Ceará.

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social

21. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	31.03.2018	31.03.2017
Receita Bruta de Serviços	38.387	35.870
(-) PIS	(644)	(633)
(-) COFINS	(2.975)	(2.880)
(-) Deduções	(1.608)	(1.553)
Receita Líquida de Serviços	33.160	30.804

22. Custos dos serviços prestados

	31.03.2018	31.03.2017
Pessoal e Encargos	(6.081)	(3.946)
Administrativas	(8.847)	(9.118)
Depreciação e amortização	(149)	(271)
Outras despesas	(3.423)	(4.356)
Totais	(18.501)	(17.692)

Compostos da seguinte forma:

	31.03.2018	31.03.2017
Custo	(11.382)	(10.747)
Despesas gerais e administrativas	(7.119)	(6.945)
Totais	(18.501)	(17.692)

23. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018 é de 1.152 mil.

24. Eventos Subsequentes

(a) Aquisição da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE

Em 25 de julho de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, sociedade brasileira que tem como principal atribuição promover atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará. A aquisição foi realizada pelo valor de R$ 90.899.928,28 (noventa milhões, oitocentos e novamente e nome mil, novecentos e vinte oito reais e vinte e oito centavos).

(b) Alienação de ações para o Porto de Roterdã ("PoR")

A Companhia e o Porto de Roterdã ("PoR") mantêm uma relação comercial desde 2016. Inicialmente a relação se deu por meio da prestação de serviços de consultoria administrativa pelo "PoR".

Posteriormente ocorreu a assinatura de Memorando de Entendimento ("MoU") em março de 2017. Esse memorando tinha como objetivo a alienação de uma participação acionária do complexo conjunto congregando a Companhia e a Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará para o Porto de Roterdã.

No geral, o Porto de Roterdã condicionou a evolução das negociações a três pilares:

1. Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará se tornar controlada direta da Companhia;
2. A Companhia (Complexo incluído a ZPE) se tornar uma empresa autossustentável;
3. Propriedade conjunta.

Em outubro de 2017 foi sancionada a Lei Estadual 16.372 que autoriza o Estado do Ceará a mudar o nome da Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos para Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A., amplia o seu escopo para todo o Complexo do Pecém, autoriza a aquisição da ZPE para se tornar sua subsidiária da Companhia e autoriza o Estado a ceder o uso de todos os ativos do Complexo para a Companhia, dentre outras deliberações.

Em janeiro de 2018 o Governo do Estado do Ceará e o Porto de Roterdã firmaram a estrutura do acordo, com as condições de que Roterdã adquirirá participação na Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.

Em julho de 2018 a Companhia, adquire 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, conforme condição estabelecida no Memorando de Entendimento ("MoU").

Em dezembro de 2018, foi finalizada as negociações com o Porto de Roterdã, no qual efetuou integralização de R$ 233.000 (duzentos e trinta e três milhões) equivalentes a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia.

(c) Combinação de negócios - ZPE

Em função de um dos covenants das negociações junto ao Porto de Roterdã, ser a Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará se tornar controlada direta da Companhia.

A Companhia, através de processo de dispensa de licitação, devidamente homologado pelo parecer 05/2018 (processo n° 32673770/2018) emitido pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará, em 25 de julho de 2018, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, sociedade brasileira que tem como principal atribuição promover atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará.

Devido a necessidade de dispensa de licitação, o processo de aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, teve que seguir as previsões legais do art. 26° da Lei 8.666/93. Em função disto, a aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE se deu pelo valor de mercado.

A aquisição foi realizada pelo valor de R$ 90.899.928,28 (noventa milhões, oitocentos e novamente e nome mil, novecentos e vinte oito reais e vinte e oito centavos).

No sentido de atender aos requisitos legais de reconhecimento da transação, a Companhia contratou consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo, à data de aquisição. Baseado no laudo de avaliação, a Companhia alocou o preço de aquisição da seguinte forma:

Parcela fixa do preço de aquisição	90.900
(-) Patrimônio líquido da empresa adquirida	(13.513)
Preço pago excedente	77.387
(-) Ativos intangíveis identificados a valor justo	(21.510)
Ágio (parcela no preço não alocada)	55.877

Do valor de R$ 90.900 referente ao preço de aquisição da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, R$ 34.000 remanesciam a pagar em 31 de dezembro de 2018.

Em dezembro de 2018 o Porto de Roterdã adquire 30% do capital social da Companhia.

A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo	Acervo líquido adquirido em 03.08.2018	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7.092	-	7.092
Contas a receber	2.250	-	2.250
Impostos a recuperar	91	-	91
Despesas pagas antecipadamente	95	-	95
Ativo Circulante	9.528	-	9.528
Depósitos Judiciais	1	-	1
Imobilizado	1.495	-	1.495
Intangível	4.513	-	4.513
Relacionamento contratual com cliente (a)	-	21.510	21.510
Ágio na aquisição de investimentos	-	55.877	55.877
Não circulante	6.009	77.387	83.396
Total do ativo	15.537	77.387	92.924

Passivo	Acervo líquido adquirido em 03.08.2018	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Fornecedores	735	-	735
Obrigações fiscais	452	-	452
Obrigações trabalhista	822	-	822
Outras contas a pagar	15		15
Ativo Circulante	2.024	-	2.024
Patrimônio líquido	13.513	77.387	90.900
Patrimônio líquido	13.513	77.387	90.900
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.537	77.387	92.924

Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento contratual com cliente de longa data e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em 3 anos;